

ANÁLISE DOS SISTEMAS MUNDIAIS

Immanuel Wallerstein

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais.
In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social Hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

A “análise dos sistemas mundiais” não é uma teoria sobre o mundo social, nem sobre uma parte dele. É um protesto contra os modos pelos quais a investigação científica social foi estruturada para todos nós desde o seu início em meados do século XIX. Esse modo de investigação tornou-se um conjunto de pressupostos *a priori* quase sempre não-questionados. A análise dos sistemas mundiais sustenta que esse modo de investigação científica social, praticada em todo o mundo, teve o efeito antes de fechar do que de abrir muitas das mais importantes ou mais interessantes questões. Ao usar os antolhos que o século XIX construiu, somos incapazes de cumprir a tarefa social que desejamos cumprir e que o resto do mundo deseja que cumpramos, que consiste em apresentar racionalmente as reais alternativas históricas que estão diante de nós. A análise dos sistemas mundiais nasceu como protesto moral e, em seu sentido mais amplo, político. No entanto, é com base nas asserções científicas, vale dizer, com base nas asserções relacionadas com as possibilidades de conhecimento sistemático acerca da realidade social, que a análise dos sistemas mundiais desafia os modos de investigação predominantes.

Esse é um debate, portanto, sobre fundamentos, e tais debates são sempre difíceis. Em primeiro lugar, a maioria dos que neles participam tem compromissos profundos com os princípios. Em segundo lugar, raramente sucede que algum teste empírico claro, ou pelo menos simples, possa resolver ou mesmo esclarecer os problemas. O debate empírico deve ser conduzido num nível muito complexo e holístico. Será que a soma das teorizações, derivadas de um ou outro conjunto de premissas, abrange de um modo "satisfatório" as conhecidas descrições da realidade? Isso nos enreda em todos os tipos de dilemas secundários. Nossas conhecidas "descrições" da realidade são até certo ponto função das nossas premissas; as futuras "descrições" podem, naturalmente, transformar a nossa percepção da realidade. Será que a "teorização" que abrange a realidade segundo se diz atualmente realmente a abrange? E, não menos importante, que significa abranger a realidade "de um modo satisfatório"? Será este último critério algo mais que um adjunto estético?

Por todas essas razões, não apenas os debates sobre tais fundamentos são frustrantes como cada lado tem uma desvantagem incrustada. Os defensores das concepções existentes devem "explicar" as anomalias, daí o nosso atual desafio. Mas os desafiantes devem oferecer "dados" convincentes numa situação em que, comparados com os 150 anos mais ou menos de investigação científica social, eles tiveram muito menos tempo para acumular "dados" relevantes. Em um campo de estudo inerentemente refratário à manipulação experimental, os "dados" não podem ser acumulados rapidamente. Assim, uma disputa sobre os fundamentos deve ser pensada como análoga a uma luta entre pesos-pesados tendo cada um dos quais a mão esquerda amarrada às costas. Isso pode ser interessante de assistir, mas será que é boxe? Será que é ciência?

Quem irá decidir? Em certo sentido, os espectadores – e provavelmente não assistindo aos boxeadores, mas lutando uns com os outros. Sendo assim, por que se preocupar? Porque os boxeadores são parte dos espectadores, que são, naturalmente, todos eles boxeadores.

Para não nos perdermos em analogias, voltemos à discussão dos fundamentos. Proponho examinar sete pressupostos comuns

da investigação científica social e indicar o que é que me faz sentir pouco à vontade com eles. Vou, pois, verificar se os pressupostos alternativos (ou mesmo opostos) não são tão ou mais plausíveis, e indicar a direção em que esses pressupostos alternativos nos conduzirá.

I

As ciências sociais são constituídas por várias "disciplinas" que constituem agrupamentos intelectualmente coerentes de objetos de estudo distintos uns dos outros.

Essas disciplinas são quase sempre enumeradas como antropologia, economia, ciência política e sociologia. Existem, com certeza, potenciais ampliações dessa lista, como, por exemplo, a geografia. Se história é ou não uma ciência social é uma questão um tanto controversa, e a ela voltaremos (ver seção II). Há um debate semelhante sobre a psicologia, ou pelo menos sobre a psicologia social.

Está na moda, pelo menos desde 1945, deplorar as desnecessárias barreiras entre as "disciplinas" e endossar os méritos da pesquisa e/ou do ensino "interdisciplinar". Isso tem sido argumentado sobre duas bases. Uma é a asserção de que a análise de algumas "áreas problemáticas" pode beneficiar-se de um enfoque que combine as perspectivas de várias disciplinas. Diz-se, por exemplo, que se quisermos estudar o "trabalho", pode ser muito útil reunir os conhecimentos oferecidos pelas disciplinas da economia, da ciência política e da sociologia. A lógica de tal enfoque leva a equipes multidisciplinares, ou a um único estudioso "aprendendo várias disciplinas", pelo menos na medida em que elas se relacionam com o "trabalho".

A segunda suposta base para a pesquisa "interdisciplinar" é ligeiramente diversa. À medida que realizamos a nossa investigação coletiva, torna-se claro, afirma-se, que alguma parte do nosso objeto de estudo está "na fronteira" de duas ou mais disciplinas. A "lingüística", por exemplo, pode estar localizada nessa "fronteira". A lógica desse enfoque pode acabar levando ao desenvolvimento

de uma nova “disciplina autônoma”, e isso, sob vários aspectos, é o que está acontecendo com o estudo da lingüística nos últimos trinta anos.

Sabemos que existem múltiplas disciplinas, já que existem múltiplos departamentos acadêmicos nas universidades de todo o mundo, graduações nessas disciplinas e associações nacionais e internacionais de estudiosos dessas disciplinas. Ou seja, sabemos *politicamente* que existem diferentes disciplinas. Elas têm organizações com fronteiras, estruturas e corpos de funcionários para defender seus interesses coletivos e assegurar a sua reprodução coletiva. Mas isso nada nos diz acerca da validade das reivindicações intelectuais à separação, reivindicações que presumivelmente justificam as redes organizacionais.

O louvor aos méritos do trabalho interdisciplinar nas ciências sociais ainda não solapou de forma significativa as forças dos aparatos organizacionais que defendem as disciplinas separadas. Na verdade, o contrário pode ser verdade: o que acentuou a reivindicação de cada disciplina de representar separadamente um nível coerente de análise ligado às metodologias apropriadas é a constante asserção pelos profissionais de várias disciplinas de que cada uma delas tem a aprender com a outra algo que poderia não vir a saber se permanecesse em seu próprio nível de análise, com suas metodologias específicas, e de que esse “outro” conhecimento é pertinente e significativo para a resolução dos problemas intelectuais sobre os quais cada qual está trabalhando. O trabalho interdisciplinar não é em sentido algum uma crítica intelectual *per se* da atual compartimentalização da ciência social, e falta-lhe, em todo caso, a influência política para afetar as estruturas institucionais existentes.

Mas são realmente “disciplinas” as várias disciplinas das ciências sociais? Para uma palavra tão amplamente usada, o que constitui uma “disciplina” raramente é discutido. Não há nenhum verbete para esse termo na *International Encyclopaedia of the Social Sciences*, nem na *Encyclopaedia of Philosophy*, nem na *Encyclopaedia Britannica*. O melhor a fazer é irmos ao *Oxford English Dictionary*, que nos diz o seguinte:

Etimologicamente, *disciplina*, como pertencente ao discípulo ou estudante, é antitético em relação a *doutrina*, a propriedade do doutor ou professor; por isso, na história das palavras, *doutrina* está mais ligada à teoria abstrata e *disciplina* à prática ou ao ensino.

Mas, tendo-nos lembrado as origens do termo, o OED não faz outra coisa, na definição de disciplina, do que descrevê-la como “um ramo da instrução ou da educação; um departamento do saber ou do conhecimento; uma ciência ou arte no seu aspecto educacional”. A ênfase aqui parece recair na reprodução de conhecimento (ou pelo menos na sua divulgação), e não na sua produção. Mas será que o conceito “disciplina” não pode deixar de estar relacionado ao processo de produção de conhecimento?

A história das ciências sociais é muito clara, pelo menos se traçada em linhas gerais. Antigamente não havia ciências sociais, ou apenas “predecessoras”. Então, lenta mas firmemente, foi surgindo ao longo do século XIX um conjunto de nomes, e depois de departamentos, graus e associações, que por volta de 1945 (se bem que às vezes antes) se haviam cristalizado nas categorias que usamos hoje. Havia outros “nomes” que eram descartados e que presumivelmente envolviam diferentes “agrupamentos” de “objetos de estudo”. O que é, ou era, abrangido por termos como “economia moral” ou *Staatswissenschaft* não está inteiramente claro. Não porque seus defensores não pensassem suficientemente claro, mas porque uma “disciplina”, num certo sentido real, se define, em última análise, na sua prática. Uma prática interrompida significa uma disciplina não-realizada. Por exemplo, a famosa subdivisão quadripartida da antropologia (antropologia física, antropologia social ou cultural, arqueologia e lingüística) foi (e até certo ponto ainda é) antes uma “prática” que uma “doutrina”. Em seguida tornou-se uma doutrina, ensinada e justificada por doutores ou professores. Mas será que o todo se somou a um nível de análise ou modo de análise coerente, defensável, ou apenas a objetos de estudo segregados?

Sabemos de onde vieram todas essas divisões de objetos de estudo. Elas derivam intelectualmente da ideologia liberal dominante no século XIX, que afirmava que Estado e mercado, política

e economia eram domínios analiticamente separáveis (e amplamente autônomos), cada qual com suas regras particulares (“lógica”). A sociedade era adjurada a mantê-las separadas, e os estudiosos as estudavam separadamente. Uma vez que parecia haver muitas realidades que aparentemente não estavam nem no domínio do mercado nem no do Estado, essas realidades eram colocadas num saco de surpresas residual que recebeu como compensação o pomposo nome de sociologia. Em certo sentido se pensava que a sociologia explicava os fenômenos aparentemente “irracionais” que a economia e a ciência política eram incapazes de elucidar. Finalmente, como havia povos para além do reino do mundo civilizado – remotos, e com os quais era difícil comunicar-se –, o estudo desses povos abrangia regras especiais e treinamento específico que receberam o nome um tanto polêmico de antropologia.

Conhecemos as origens históricas dos campos de estudo. Conhecemos seus itinerários intelectuais, que foram complexos e variados, especialmente a partir de 1945. E sabemos por que eles entraram em dificuldades “de demarcação”. À medida que o mundo real evoluía, esmaeceu-se a linha de contato entre “primitivo” e “civilizado”, “político” e “econômico”. A invasão do campo de estudos alheio tornou-se lugar-comum. Os invasores continuaram movendo as cercas, sem contudo derrubá-las.

A questão com que nos defrontamos hoje é se existem critérios que podem ser usados para estabelecer, de um modo relativamente claro e defensável, fronteiras entre as quatro pretensas disciplinas que são a antropologia, a economia, a ciência política e a sociologia. A análise dos sistemas mundiais responde com um inequívoco “não” a essa pergunta. Todos os pretensos critérios – nível de análise, objeto, métodos, pressupostos teóricos – ou deixaram de ser verdadeiros na prática ou, se sustentados, constituem antes barreiras para novos conhecimentos do que estímulos para a sua criação.

Dito de outro modo, as diferenças entre tópicos, métodos, teorias ou teorizações permissíveis *dentro* das chamadas “disciplinas” são muito maiores do que as diferenças *entre* elas. Isto significa, na prática, que a sobreposição é substancial e que, em termos da evolução histórica desses campos, ela está sempre aumentando.

Chegou a hora de atravessar esse labirinto intelectual dizendo que essas quatro disciplinas são uma só. Isso não quer dizer que todos os cientistas sociais devam estar fazendo um trabalho idêntico. Há necessidade e probabilidade de especialização em “campos de pesquisa”. Mas seja-nos permitido lembrar o único exemplo organizacional significativo que temos. Nalgum ponto durante o período 1945-1955, duas “disciplinas” até então organizacionalmente separadas, botânica e zoologia, fundiram-se numa disciplina única chamada biologia. Desde essa época, a biologia tem sido uma disciplina florescente e gerou muitos subcampos, mas nenhum deles, até onde sei, tem o nome ou os contornos da botânica ou da zoologia.

A tese da análise dos sistemas mundiais é direta. As três supostas áreas da ação humana coletiva – a econômica, a política e a social ou sociocultural – não são arenas autônomas da ação social. Não têm “lógicas” separadas. Mais importante: o entrelaçamento de imposições, opções, decisões, normas e “racionalidades” é tal que nenhum modelo útil de pesquisa pode isolar “fatores” de acordo com as categorias do econômico, do político e do social e tratar apenas um tipo de variável mantendo implicitamente as outras constantes. Estamos dizendo que existe um único “conjunto de regras” ou um único “conjunto de imposições” dentro do qual essas várias estruturas operam.

O caso da sobreposição virtualmente total dos pretensos domínios da sociologia e da antropologia é ainda mais nítido. Por qual extensão da imaginação se pode dizer que o *Tally Corner* de Elliot Liebow e o *Street-Corner Society* de William F. Whyte – ambos trabalhos “clássicos”, um escrito por um “antropólogo” e o outro por um “sociólogo” – são obras que tratam de duas “disciplinas” diferentes? Não seria difícil, como todo leitor sabe, reunir uma longa lista de exemplos como estes.

II

A história é o estudo, a explicação do particular tal como ele realmente aconteceu no passado. A ciência social é a declaração do conjunto universal de regras pelo qual o comportamento humano/social é explicado.

Tal é a famosa distinção entre modos de análise idiográfico e nomotético, que são considerados como antitéticos. A versão radical dessa antítese consiste em afirmar que somente um dos modos (cada qual varia segundo o ponto de vista da pessoa) é legítimo, interessante ou mesmo “possível”. É dessa versão radical que se ocupa o *Methodenstreit*. A versão moderada vê esses dois modos como duas maneiras de abordar a realidade social. Embora compreendidas separadamente, de maneira diferente e para fins não similares (ou mesmo opostos), seria útil para o mundo da cultura combinar esses dois modos. Essa visão “soft” é comparável à afirmação dos méritos do trabalho “interdisciplinar” nas ciências sociais. Ao afirmar os méritos da combinação dessas duas abordagens, a legitimidade intelectual de vê-las como dois modos separados é fortalecida.

Os argumentos mais fortes de ambas escolas – idiográfica e nomotética – parecem plausíveis. A tese da escola idiográfica é a velha doutrina segundo a qual “tudo é fluxo”. Se tudo está sempre mudando, qualquer generalização que se proponha aplicar, então, a dois ou mais fenômenos supostamente comparáveis nunca é verdadeira. Tudo o que se pode fazer é compreender empaticamente uma sequência de acontecimentos. Inversamente, a tese da escola nomotética diz ser evidente que o mundo real (incluindo o mundo social) não é um conjunto de acontecimentos aleatórios. Se assim for, deve haver regras que descrevam “regularidades”, e nesse caso existe um domínio para a atividade científica.

As mais fortes críticas que cada escola dirige uma à outra são também plausíveis. A crítica nomotética da concepção idiográfica é que qualquer relato dos “acontecimentos passados” é por definição uma seleção tirada da realidade (como ela realmente aconteceu) e, portanto, implica critérios de seleção e categorias de descrição. Esses critérios e categorias baseiam-se em generalizações tácitas, mas nem por isso menos reais, que se aparentam às leis científicas. A crítica da concepção nomotética diz que ela omite os fenômenos transformacionais (em parte graças à reflexividade da realidade social) que impossibilitam a repetição de arranjos estruturais.

Existem várias maneiras de lidar com essas críticas mútuas. Uma delas consiste em “combinar” história e ciências sociais. Diz-se

do historiador que ele serve ao cientista social por fornecer conjuntos de dados mais amplos e mais profundos a partir dos quais ele pode induzir as suas generalizações que se assemelham a leis. Diz-se que o cientista social serve ao historiador por lhe oferecer os resultados de pesquisas, generalizações racionalmente demonstradas que permitem a explicação de uma determinada sequência de acontecimentos.

O problema dessa nítida divisão de trabalho intelectual é que ela presume a possibilidade de isolar “seqüências” sujeitas à análise “histórica” e pequenos “universos” sujeitos à análise “social científica”. Na prática, porém, a seqüência de uma pessoa é o universo de outra, e o observador neutro fica um pouco indeciso quanto à maneira de distinguir entre as duas em bases puramente lógicas como opostas a, digamos, campos estilísticos ou de forma.

O problema, contudo, é mais profundo do que isso. Será que existe uma diferença significativa entre seqüência e universo, entre história e ciência social? Trata-se de duas atividades ou de uma só? A sincronia é semelhante a uma dimensão geométrica. Pode-se descrevê-la logicamente, mas só se pode desenhá-la falsamente no papel. Na geometria, um ponto, uma linha ou um plano podem ser desenhados em três (ou quatro) dimensões. O mesmo sucede na “ciência social”. A sincronia é um limite conceitual, e não uma categoria socialmente utilizável. Toda descrição implica o tempo, e o único problema imediatamente relevante é sua extensão. Da mesma forma, uma seqüência única só pode ser descrita com categorias não-únicas. Toda linguagem conceitual presume comparações entre universos. Assim como não podemos literalmente “desenhar” um ponto, também não podemos literalmente “descrever” um “acontecimento”. O desenho tem profundidade; a descrição requer uma complexa generalização.

Como isso é um dilema lógico inextricável, a solução deve ser buscada em bases heurísticas. A análise dos sistemas mundiais oferece um valor heurístico da *via media* entre generalizações trans-históricas e narrações particularistas. Ela afirma que, como o nosso formato tende a um extremo qualquer, ele tende a uma exposição de mínimo interesse e de mínima utilidade. Ela afirma que o método ótimo consiste em prosseguir a análise dentro de estruturas

sistêmicas, por um tempo e espaço suficientemente amplos para conter “lógicas” diretivas que “determinem” a maior parte da realidade seqüencial, ao mesmo tempo que reconhece e leva em conta que essas estruturas sistêmicas têm começos e fins e por isso não devem ser concebidas como fenômenos “eternos”. Isso implica, por conseguinte, que a cada instante nós procuramos tanto a estrutura (os “ritmos cíclicos” do sistema), que descrevemos conceitualmente, como os padrões de transformação interna (as “tendências seculares” do sistema) que finalmente irão provocar a morte do sistema, que descrevemos seqüencialmente. Isso implica que a tarefa é única. Não existem nem historiador nem cientista social, mas apenas um cientista histórico que analisa as leis gerais de sistemas particulares e as seqüências particulares pelas quais esses eventos passaram (deliberadamente não empregamos o tempo gramatical, o chamado presente etnográfico). Estamos, portanto, diante da questão que consiste em determinar as “unidades de análise” dentro das quais devemos trabalhar, que nos leva à nossa terceira premissa.

III

Os seres humanos estão organizados em entidades que podemos chamar de sociedades, que constituem as estruturas sociais fundamentais no seio das quais a vida humana é vivida.

Nenhum conceito é mais difuso na ciência social moderna, e nenhum conceito é usado de maneira mais automática e irrefletida do que o de sociedade, apesar das incontáveis páginas consagradas à sua definição. As definições didáticas giram em torno da pergunta: “Que é sociedade?”, enquanto os argumentos que acabamos de desenvolver sobre a unidade da ciência social histórica nos levam a fazer uma pergunta diferente: “Quando e onde existe uma sociedade?”.

As “sociedades” são concretas. Além disso, *sociedade* é um termo que talvez fosse bom descartar por causa de sua história conceitual e portanto de suas conotações praticamente inerradicáveis e profundamente falaciosas. *Sociedade* é um termo cujo

uso corrente na história e nas ciências sociais é contemporâneo do advento institucional da moderna ciência social no século XIX. A sociedade constitui uma das metades do tandem antitético do qual a outra é o Estado. A Revolução Francesa foi uma linha divisória na história ideológica do sistema mundial moderno na medida em que levou à ampla aceitação da idéia de que o que é normal é a mudança social, e não a estase social, tanto no sentido normativo quanto no sentido estatístico. Por isso ela suscitou o problema intelectual de como regular, acelerar, desacelerar ou afetar esse processo normal de mudança e evolução.

O aparecimento de uma ciência social como atividade social institucionalizada foi uma das principais respostas sistêmicas a esse problema intelectual. A ciência social veio a representar a ideologia racionalista segundo a qual, se compreendermos o processo (seja idiograficamente, seja, o que é mais comum, nomoteticamente), poderemos nele influir de um modo moralmente positivo. (Mesmo os “conservadores”, dedicados a conter a mudança, poderiam concordar amplamente com essa visão.)

As implicações políticas de tal empresa não escaparam (e não escapam) a ninguém. É por isso, naturalmente, que a ciência social permaneceu “controvertida” até os dias de hoje. Mas é por isso também que no século XIX o conceito de “sociedade” se opunha ao de “Estado”. Os múltiplos Estados soberanos que haviam sido e estavam sendo constituídos eram os focos óbvios da atividade política. Eles pareciam constituir o lugar do controle social efetivo, e portanto a arena na qual a mudança social podia ser afetada e efetivada. A abordagem oitocentista da questão político-intelectual estava preocupada com o problema relativo à maneira de “reconciliar” sociedade e Estado. Nessa formulação, o Estado podia ser observado e analisado diretamente. Ele operava por intermédio de instituições formais mediante regras (constitucionais) conhecidas. A “sociedade” era tomada para significar aquele tecido de maneiras e costumes que mantinha um grupo de pessoas unidas sem as, apesar das ou contra as regras formais. Em certo sentido, a “sociedade” representava algo mais resistente e “profundo”, menos manipulável e certamente mais impalpável do que o Estado.

Desde então, tem havido um enorme debate acerca do modo como a sociedade e o Estado se relacionam entre si, do modo como um estava ou devia estar subordinado ao outro e do modo como ambos encarnavam os valores morais mais elevados. Nesse processo nós nos acostumamos a pensar que as fronteiras de uma sociedade e de um Estado são sinônimas ou, se não o forem, deveriam (e eventualmente iriam) coincidir. Assim, sem asseverar isso teoricamente de maneira explícita, os historiadores e os cientistas sociais acabaram por ver os Estados soberanos atuais (projetados hipoteticamente no passado) como as entidades sociais básicas no seio das quais a vida social é conduzida. Havia uma certa resistência esporádica a essa visão da parte dos antropólogos, mas eles resistiram em nome de uma suposta entidade político-cultural anterior cuja importância, muitos deles afirmavam, permaneceu primordial para amplos segmentos da população mundial.

Destarte, pela porta dos fundos e sem ser analisada, toda uma historiografia e toda uma teoria do mundo moderno insinuavam-se como o substrato tanto da história como da ciência social. Vivemos em Estados. Há uma sociedade subjacente a cada Estado. Os Estados têm histórias e, portanto, tradições. Acima de tudo, uma vez que a mudança é normal, são os Estados que normalmente mudam ou se desenvolvem. Eles mudam o seu modo de produção; urbanizam-se; têm problemas sociais; prosperam ou declinam. Eles delimitam as fronteiras que estabelecem quando os fatores são "internos" ou quando são "externos". São entidades logicamente independentes que, para fins estatísticos, podem ser "comparadas".

Essa imagem da realidade social não era uma fantasia, e assim era possível tanto para os teóricos idiográficos quanto para os nomotéticos procederem com razoável segurança ao usar esses pressupostos sobre a sociedade e o Estado e apresentarem algumas descobertas plausíveis. O único problema era que, com o tempo, um número cada vez maior de "anomalias" parecia ficar inexplicado dentro dessa estrutura e um número cada vez maior de lacunas (de zonas não-investidas de atividade humana) pareciam surgir.

A análise dos sistemas mundiais torna a unidade de análise um objeto de debate. Onde e quando existem as entidades dentro das quais a vida social ocorre? Essa análise substitui o termo *sociedade* pelo termo *sistema histórico*. Naturalmente, é uma simples substituição semântica. Mas ela nos livra da conotação central que a "sociedade" adquiriu, seu vínculo com o "Estado" e, portanto, da pressuposição sobre o "onde" e o "quando". Ademais, o "sistema histórico" como termo sublinha a unidade da ciência social histórica. A entidade é simultaneamente sistêmica e histórica.

Uma vez levantada a questão da unidade de análise, não existe uma resposta simples para ela. Eu próprio aventei a hipótese experimental segundo a qual teria havido três formas ou variedades conhecidas de sistemas históricos, que denominei minissistemas, impérios mundiais e economias mundiais. Sugeri também que não se deve descartar a possibilidade de identificar outras formas ou variedades.

Afirmar duas coisas a respeito das variedades de sistemas históricos: uma delas refere-se ao vínculo entre "lógica" e forma; a outra diz respeito à história da coexistência das formas. Em termos de forma, tomei como as fronteiras definidoras de um sistema histórico aquelas dentro das quais o sistema e as pessoas são regularmente reproduzidos por meio de algum tipo de divisão contínua de trabalho. Sustento que, empiricamente, houve três desses modos. Os "minissistemas", assim chamados porque são espacialmente pequenos e, com toda a probabilidade, relativamente breves no tempo (uma duração de cerca de seis gerações), são altamente homogêneos em termos de estruturas culturais e de governo. A lógica básica é a da "reciprocidade" nas trocas. Os "impérios mundiais" são vastas estruturas políticas (pelo menos no ápice do processo de expansão e contração que parece ser o destino de todos eles) e abarcam uma ampla variedade de padrões "culturais". A lógica básica do sistema é a extração de tributo daqueles que de outra forma são produtores diretos localmente auto-administrados (sobretudo rurais), que é passado para o centro e redistribuído entre uma fina mas crucial rede de funcionários. As "economias mundiais" são vastas e desiguais cadeias de estruturas de produção, dissecadas por múltiplas estruturas políticas.

A lógica básica é que o excedente acumulado é distribuído desigualmente em favor daqueles que são capazes de realizar vários tipos de monopólios temporários nas redes de mercado. É uma lógica “capitalista”.

A história da coexistência das formas pode ser explicada como segue. Na época pré-agrícola, havia uma multiplicidade de minissistemas cujo constante colapso pode ter sido em grande parte devido a desastres ecológicos somados à fragmentação de grupos que cresceram em demasia. Nosso conhecimento é muito limitado. Não existe nenhum escrito dessa época e estamos limitados a reconstruções arqueológicas. No período entre, digamos, 8000 a. C. e 1500 d. C., coexistiram na Terra, em alguma época, sistemas históricos múltiplos de todas as três variedades. O império mundial foi a forma “forte” dessa época porque, sempre que alguém o expandia, destruía e/ou absorvia tanto os minissistemas como as economias mundiais e, sempre que alguém o contraía, ele abria espaço para a recriação de minissistemas e economias mundiais. A maior parte do que chamamos de “história” desse período é a história desses impérios mundiais, que é incompreensível porque eles adestravam os escribas culturais para relatar o que estava acontecendo. As economias mundiais eram uma forma “fraca”; as formas individuais nunca sobreviveram por muito tempo, isso porque elas ou se desintegravam ou eram absorvidas pelo império mundial ou neles transformadas (pela expansão interna de uma unidade política única).

Por volta de 1500 essa economia mundial conseguiu escapar a semelhante destino. Por razões que precisam ser explicitadas, o “sistema mundial moderno” nasceu da consolidação de uma economia mundial. Por isso ele teve tempo para realizar seu pleno desenvolvimento como um sistema capitalista. Por sua lógica interna, essa economia capitalista mundial expandiu-se então para cobrir o globo inteiro, absorvendo nesse processo todos os minissistemas e impérios mundiais existentes. Por isso, no final do século XIX, existia pela primeira vez apenas um sistema histórico sobre o globo. E ainda hoje nos encontramos em tal situação.

Esbocei as minhas hipóteses sobre as formas e a história da coexistência dos sistemas históricos. Elas não constituem uma

análise dos sistemas mundiais. São um conjunto de hipóteses dentro da análise dos sistemas mundiais, aberto ao debate, ao aprimoramento, à rejeição. A questão crucial é que a tentativa de definir e elucidar as unidades de análise – os sistemas históricos – torna-se um objetivo central da empresa científica.

Nessa discussão que acabo de resumir há um outro debate oculto sobre o mundo moderno e suas características definidoras. É um debate no qual as duas principais versões do pensamento oitocentista – liberalismo clássico e marxismo clássico – partilham algumas premissas cruciais acerca da natureza do capitalismo.

IV

O capitalismo é um sistema baseado na competição entre produtores livres que usam o trabalho livre com mercadorias livres, “livre” significando aqui sua disponibilidade para compra e venda num mercado.

As coações sobre tais liberdades, onde quer que existam, são remanescências de um processo evolutivo incompleto e significam, na medida em que existem, que uma zona ou uma empresa é “menos capitalista” do que o seria se não existissem tais coações. Esta é, em essência, a visão de Adam Smith. Smith pensava o sistema capitalista como o único em consonância com a “natureza humana” e via os sistemas alternativos como a imposição de limitações não naturais e indesejáveis à existência social. Mas essa era também, em essência, a visão de Karl Marx. Ao caracterizar o sistema, Marx punha uma ênfase especial na importância do trabalho livre. Ele não via o sistema capitalista como eternamente natural, e não o considerava desejável. Mas via-o como uma etapa normal do desenvolvimento histórico da humanidade.

A maioria dos liberais e marxistas dos últimos cento e cinquenta anos viam essa concepção do “capitalismo competitivo” como uma descrição da norma capitalista; por isso discutiram todas as situações históricas que envolviam trabalho/produtores/mercadorias como desvios dessa norma e, portanto, como fenômenos a serem explicados. A norma refletiu amplamente um

retrato idealizado do que se pensava ser o exemplo quintessencial da norma – a Inglaterra depois da “Revolução Industrial”, onde os proletários (essencialmente trabalhadores urbanos desprovidos de terra e de ferramentas) trabalhavam em fábricas de propriedade dos empresários burgueses (essencialmente proprietários privados do capital em ações dessas fábricas). O proprietário comprava a força de trabalho dos (pagava salários aos) trabalhadores – basicamente homens adultos – que não tinham qualquer alternativa, se quisessem sobreviver, a não ser procurar trabalho assalariado. Ninguém jamais pretendeu que todas as situações de trabalho correspondiam a esse modelo. Mas tanto os liberais como os marxistas tendiam a considerar que, na medida em que variava, qualquer situação que desviasse em relação a esse modelo era menos capitalista.

Se, por assim dizer, cada situação de trabalho pudesse ser classificada numa escala de grau de capitalismo, então cada Estado, como o lugar dessas situações de trabalho, poderia ser designado como recaindo em algum ponto dessa escala. A estrutura econômica de um Estado, portanto, pode ser vista como “mais” ou “menos” capitalista, e a própria estrutura do Estado pode ser vista como razoavelmente congruente com esse grau de capitalismo na economia, ou como incompatível com ele – caso em que poderíamos esperar que ele mudasse de algum modo, com o passar do tempo, na direção de uma maior congruência.

Que fazer com as situações de trabalho que, sob essa definição, não são plenamente capitalistas? Pode-se considerá-las como refletindo uma situação “ainda não capitalista” num Estado que acabará vendo as estruturas capitalistas tornarem-se dominantes. Ou, elas podem ser vistas como continuações anômalas do passado num Estado em que as estruturas capitalistas são predominantes.

Nunca ficou inteiramente claro como se determina a “predominância” de um modo específico de estruturação das unidades de trabalho no seio de uma entidade espacial (o Estado). Numa famosa decisão da Corte Suprema dos Estados Unidos, o juiz William Brennan escreveu a respeito da definição de pornografia: “Eu sei o que é quando a vejo”. Em certo sentido, tanto os liberais como os marxistas definiram de modo similar a predominância

do capitalismo: eles sabiam que se dava quando o viam. Obviamente, há nesse enfoque um critério quantitativo implícito. Todavia, na medida em que se passa a calcular, é crucial saber o que se está calculando. E há muito o que se contar sobre isto.

Foi feita uma distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Embora as definições exatas dos fisiocratas, de Saint-Simon e de Marx fossem muito diferentes, todos eles desejavam definir certos tipos de “atividade econômica” como não-trabalho, ou seja, não-produtivos. Isso criou uma brecha enorme e muito útil na definição de capitalismo. Se entre os vários tipos de atividade eliminados como não-produtivos há um número significativo que não corresponde ao modelo de uma situação de trabalho capitalista – o exemplo mais óbvio, mas certamente não o único, é o serviço doméstico –, então torna-se muito mais fácil afirmar que “a maior parte” das situações de trabalho em certos países enquadra-se nos tipos descritos no modelo, e assim temos efetivamente alguns países “capitalistas” nos termos dessa definição. Toda essa manipulação não seria necessária se a “norma” deduzida fosse de fato a norma estatística. Mas não o era, e não é. A situação dos trabalhadores livres que trabalham por salários nas empresas de produtores livres é uma situação minoritária no mundo moderno. Isso certamente é verdadeiro para a nossa unidade de análise da economia mundial. É provavelmente verdadeiro, ou largamente verdadeiro, mesmo se empreendermos a análise dentro da estrutura de Estados singulares altamente industrializados do século XX.

Quando uma “norma” deduzida não vem a ser a norma estatística, ou seja, quando a situação abunda em exceções (anomalias, resíduos), então devemos indagar se a definição da norma serve a alguma função útil. A análise dos sistemas mundiais afirma que a economia mundial capitalista é um sistema histórico particular. Portanto, se quisermos verificar as normas, isto é, o modo de funcionamento desse sistema concreto, o melhor caminho é examinar a evolução histórica desse sistema. Se descobrirmos, como de fato ocorreu, que o sistema parece conter amplas áreas de trabalho assalariado e não-assalariado, amplas áreas de bens mercadorificados e não-mercadorificados e amplas áreas de formas de propriedade e de capital alienáveis e não-alienáveis, então

devemos pelo menos perguntar se essa “combinação” ou mistura do chamado livre e do chamado não-livre não é ela própria a característica definidora do capitalismo como sistema histórico.

Uma vez formulada a questão, não existem respostas simples. Descobrimos que as proporções das misturas são desiguais, espacial e temporalmente. Podemos então procurar estruturas que mantenham a estabilidade de alguma combinação particular de misturas (novamente a tendência cíclica), assim como pressões subjacentes que podem estar transformando, com o passar do tempo, a mistura de misturas (as tendências seculares). As anomalias tornam-se agora, não exceções a serem explicadas, mas padrões a serem analisados, invertendo-se assim a psicologia do trabalho científico. Devemos concluir que a definição de capitalismo que dominou o pensamento liberal e marxista do século XIX explica o conceito historiográfico central que nos foi legado.

V

O fim do século XVIII e o começo do XIX representam uma reviravolta crucial na história do mundo na medida em que o capitalismo alcançou finalmente o poder estatal e social nos Estados-chaves.

Os dois grandes “acontecimentos” que ocorreram nesse período, a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa, foram, afirma-se, cruciais no desenvolvimento da teoria científica social. Um simples exame bibliográfico permitirá verificar que uma proporção notavelmente grande da história mundial dedicou-se a esses dois “acontecimentos”. Além disso, uma proporção ainda maior dedicou-se a analisar outras “situações” em termos da maneira pela qual elas estão à altura desses dois “acontecimentos”.

A relação entre a centralidade histórica atribuída a esses “acontecimentos” e a definição corrente de capitalismo não é difícil de elucidar. Já ressaltamos que o conceito de graus de capitalismo leva necessariamente a um exercício implícito na quantificação, de sorte que podemos verificar quando o capitalismo se torna “dominante”. Essa teoria pressupunha que é possível e deve ser superada uma incompatibilidade entre dominação “econômica” e poder estatal e social.

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa são de interesse porque representam presumivelmente a superação de uma incompatibilidade. A Revolução Francesa destaca a arena política. De acordo com a fortemente contestada mas longamente acatada “interpretação social” atual, a Revolução Francesa foi o momento em que a burguesia expulsou a aristocracia feudal do poder estatal e com isso transformou o *ancien régime* pré-capitalista num Estado capitalista. A Revolução Industrial realça os frutos dessa transformação. Tão logo os capitalistas assumem o poder estatal (ou, em termos smithianos, reduzem a interferência do Estado), torna-se possível expandir significativamente as possibilidades de triunfo de um sistema capitalista.

Dados esses pressupostos, é possível tratar ambos os fenômenos como “acontecimentos” e concentrar-nos nos pormenores relativos ao que aconteceu e por que aconteceu dessa maneira particular. Os livros sobre a Revolução Industrial costumam debater qual fator (ou quais fatores) foi mais importante para a sua ocorrência, qual foi a sua datação exata e qual dos vários aspectos abrangidos pelo termo teve mais consequências para as transformações futuras. Os livros sobre a Revolução Francesa costumam debater quando ela começou e terminou, que fator ou que fatores a desencadearam, que grupos estiveram envolvidos nos processos-chaves e como e quando houve alteração no elenco de personagens e qual foi o legado da Revolução.

Naturalmente, um escrutínio tão rigoroso e, em última análise, tão idiográfico desses “acontecimentos” suscita inevitavelmente o ceticismo. Existe um número cada vez maior de vozes que questionam quão revolucionárias foram as revoluções. No entanto, praticamente todas essas análises (tanto dos crentes quanto dos céticos) presumem o quadro de referência analítico que fez com que esses dois “acontecimentos” fossem primeiramente assinalados: o pressuposto de que o capitalismo (ou a sua liberdade substituta, individual) tinha em certo sentido de “triunfar” em algum ponto dentro dos Estados particulares.

Além disso, para que não se pense que a história é central apenas para os historiadores, devemos notar como ela se tornou imediatamente central para os exercícios analíticos dos cientistas

sociais. A idéia da "Revolução Industrial" foi transformada no processo de uma "revolução industrial" ou de "industrialização" e criou toda uma família de subcategorias e portanto de subquestões: a idéia de uma "decolagem", as noções de sociedades "pré-industriais" e "pós-industriais" etc. A idéia da "revolução burguesa" tornou-se a análise de quando e como a "revolução burguesa" (ou as classes médias no poder) poderia ou iria acontecer. Não estou sugerindo que esses debates não se referem ao mundo real. Evidentemente, o Brasil do século XX pode ser discutido em termos da industrialização, ou do papel da burguesia nacional, ou da relação entre as classes médias e os militares. Mas ainda aqui estão sendo formulados pressupostos-chaves que devem ser examinados.

O que a análise dos sistemas mundiais requer é uma avaliação da centralidade desses pretensos "acontecimentos-chaves" em termos da longa *durée* do sistema histórico no qual eles ocorreram. Se a unidade de análise do mundo moderno é a economia mundial capitalista (e isso ainda continua sendo um "se"), então precisaremos perguntar se as distinções de categorias recebidas – agricultura e indústria, proprietário de terras e industrial – representam ou não um *leitmotiv* em torno do qual o desenvolvimento histórico girou. Só podemos estar numa fase pós-industrial se houver uma fase industrial. Só pode haver disjunção dos detentores do poder estatal e do poder econômico se estivermos tratando com grupos analiticamente separáveis. Todas essas categorias estão hoje tão arraigadas no nosso subconsciente que quase não podemos falar sobre o mundo sem utilizá-las. A análise dos sistemas mundiais afirma que as categorias que perfazem a nossa história formaram-se historicamente (e em sua maioria apenas há um século pouco mais ou menos). Está na hora de reabri-las para exame.

Naturalmente, essa história predominante é ela própria inspirada pela metafísica dominante do mundo moderno. O triunfo dessa metafísica moderna requereu uma longa luta. Mas o fato é que ela triunfou – no Iluminismo, que nos conduz à sexta premissa.

VI

A história humana é inevitavelmente progressiva.

Com toda a certeza, a idéia de progresso tem tido os seus detratores, mas durante dois séculos eles formaram uma minoria. Não incluo nessa minoria todos os que criticaram a idéia ingênua de progresso e concentraram os seus esforços na dilucidação do assim chamado irracional. O que essas pessoas estiveram fazendo foi tornar racional o irracional. Nem incluo aí o crescente número de fiéis desiludidos que abraçam uma espécie de desesperança ou desespero em relação ao progresso. Eles são como os católicos decaídos de um romance de Graham Greene, sempre em busca da fé que tiveram outrora.

Os verdadeiros conservadores, aqueles que não acreditam que a mudança ou a melhoria sistemática no mundo é uma atividade coletiva desejável ou fecunda, são na verdade muito raros no mundo moderno. Mas note-se, mais uma vez, como os pressupostos dominantes circunscreveram os céticos e seus oponentes. A única resposta à noção de que o progresso é inevitável parece ter sido o desespero: desespero porque a tese é incorreta, ou desespero porque ela é correta.

A análise dos sistemas mundiais quer retirar da idéia de progresso o estatuto de uma trajetória e estabelecê-la como uma variável analítica. Pode haver sistemas históricos melhores e sistemas históricos piores (e podemos debater os critérios pelos quais julgá-los). Não é certo, em absoluto, que tenha havido uma tendência linear – para cima, para baixo ou em linha horizontal. Pode ser que esta tendência seja desigual, ou talvez indeterminada. Supondo-se que isso seja possível, abre-se imediatamente toda uma nova arena de análise intelectual. Se o mundo teve múltiplas instâncias e tipos de sistemas históricos, e se todos os sistemas históricos têm um princípio e um fim, então nós desejaremos saber alguma coisa sobre o processo pelo qual ocorre uma sucessão (no tempo-espço) de sistemas históricos.

Isso costuma ser discutido como o problema das "transições", mas as transições têm sido analisadas dentro do paradigma das

transformações lineares. Nós detalhamos o processo da transformação no sentido de um inevitável ponto final que presumimos ser, ter sido, a única alternativa histórica real. Mas suponhamos que a construção de novos sistemas históricos seja um processo estocástico. Teríamos então, diante de nós, uma arena totalmente nova de atividade intelectual.

O debate entre "livre-arbítrio" e "determinismo" é um debate antigo. Mas ele foi ocasionalmente travado segundo uma proposição disjuntiva. O que a reabertura da questão das transições faz – transições tal como elas realmente ocorrem, transições na medida em que se movem na direção de resultados incertos – é sugerir uma formulação diferente desse debate. Talvez seja por isso que aquilo que chamamos de "determinismo" seja em grande parte o processo interno aos sistemas históricos nos quais a "lógica" do sistema é traduzida num conjunto de estruturas institucionais que se movem e se reforçam por si mesmas. Mas pode ser também que aquilo que chamamos de "livre-arbítrio" ocorra em grande parte no processo de "transição" em que, precisamente por causa do rompimento entre essas mesmas estruturas, as verdadeiras alternativas históricas são amplas e difíceis de prever.

Isso então encaminharia a nossa atenção para o estudo do modo preciso pelo qual esses processos estocásticos funcionam. Pode ser que eles não sejam em absoluto estocásticos, mas tenham uma chave oculta interna, ou pode ser que a chave oculta seja algum processo que mantém estocásticos esses processos (ou seja, não realmente sujeitos à manipulação humana). Ou pode ser, o que sem dúvida é menos aceitável para os atuais habitantes do globo, que Deus esteja jogando dados. Não sabemos senão quando observamos. Podemos, naturalmente, não saber mesmo quando observamos. Mas como é que observamos? Isso nos leva aos últimos e mais profundos dos pressupostos, os pressupostos concernentes à natureza da ciência.

VII

A ciência é a busca das regras que sintetizam o mais sucintamente possível por que as coisas são como são e como acontecem.

A ciência moderna não é uma filha do século XIX. Ela remonta pelo menos ao século XVI, ou talvez ao século XIII. Ela investiu fortemente contra o lado determinista da equação, contra o lado da linearidade e da concisão. Os cientistas trouxeram para sob sua égide um número cada vez maior de domínios do universo, sendo o mundo humano, sem dúvida alguma, o último desses domínios. Foi em nome dessa tradição que a ciência social nomotética se afirmou.

A metodologia adotada pela ciência social nomotética emulou os princípios básicos de suas socialmente bem-sucedidas predecessoras, as ciências naturais: investigação precisa, sistemática e empírica, e depois a indução que conduz às teorias. Quanto mais elegante é a teoria, mais avançada é a ciência. As aplicações práticas se seguiriam naturalmente. A ciência social nomotética tem sido obcecada por suas inadequações – numa comparação com a física –, mas sustentada por sua certeza de que a ciência é cumulativa e linear.

Em nossas dúvidas referentes aos pressupostos prévios tem havido, implícita – isso agora deve ficar claro –, uma outra visão da ciência. Se rejeitarmos a utilidade da distinção nomotética-idiográfica, estaremos então lançando dúvidas sobre a utilidade da visão newtoniana da ciência. Não fazemos isso, como os idiográficos o fizeram, com base na peculiaridade da investigação social (os seres humanos como atores reflexivos). Duvidamos também da sua utilidade para as ciências naturais (e de fato surgiu nas duas últimas décadas um impulso em direção a uma ciência natural não-linear, na qual os processos estocásticos são cruciais).

Especificamente, em termos daquilo que temos chamado de ciência social histórica, nós levantamos a questão de saber se o método que consiste em ir do concreto para o abstrato, do particular para o universal, deve ser invertido. Talvez a ciência social histórica deva começar com o abstrato e caminhar na direção do concreto, terminando com uma interpretação coerente dos processos de sistemas históricos particulares que explicam de maneira plausível o modo como eles seguiram uma via histórica particular. O determinado não é o simples, mas o complexo ou, na verdade, o hipercomplexo. E, naturalmente, nenhuma situação concreta é

mais complexa do que os longos momentos de transição em que as mais simples coações se aniquilam.

A história e a ciência social assumem as suas atuais formas dominantes no momento do mais completo e inequívoco triunfo da lógica do nosso sistema atual histórico. Elas são filhas da lógica. No entanto, estamos vivendo atualmente no longo momento de transição em que as contradições desse sistema tornaram impossível continuar a ajustar a sua maquinaria. Estamos vivendo num período de verdadeira opção histórica. E esse período é incompreensível na base dos pressupostos desse sistema.

A análise dos sistemas mundiais é uma exortação à construção de uma ciência social histórica que se sinta à vontade com as incertezas da transição, que contribua para a transformação do mundo ao esclarecer as opções sem apelar para a muleta de uma crença no triunfo inevitável do bem. A análise dos sistemas mundiais é uma exortação à abertura das janelas que nos impedem de explorar muitas arenas do mundo real. A análise dos sistemas mundiais não é um paradigma da ciência social histórica. É uma exortação a um debate acerca do paradigma.